



ATAS

Folha 17

Acta Número 88

Aos vinte e nove dias do mês de março de 2025, pelas quinze horas em segunda convocatória, cumprindo o estabelecido no "Artigo 24.1 do Compromisso" reuniram em Assembleia Geral Ordinária os Irmãos desta Irmandade Santa Casa da Misericórdia de Alfeizerão, sita na rua Manuel José Ramos Vizoso, número dois, nesta vila de Alfeizerão, com a seguinte ordem dos trabalhos:

Ponto 1– Apresentação, discussão e votação do Relatório e Contas referente ao ano de 2024 e Parecer do Conselho Fiscal.

Ponto 2- Outros Assuntos.

Ponto 3- Aprovação da minuta da ata desta sessão ou em alternativa conceder um voto de confiança à Mesa da Assembleia Geral para a sua elaboração.

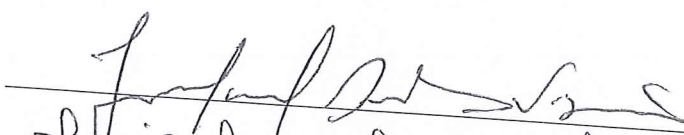
O Senhor Presidente da Assembleia João Vizoso começou por convidar dois Irmãos para fazerem parte da mesa, uma vez a ausência de dois membros efetivos deste Órgão Social e necessários conforme a letra do "Compromisso" que assim o exige, tendo convidado a Irmã Palmira Fonseca e a Irmã Noémia Leal para que fique formado quórum, a fim de poder funcionar com legalidade.

O Presidente da Assembleia Geral, deu as boas vindas a todos os presentes e leu para os presentes os três pontos da ordem de trabalhos. Passou a palavra ao Sr. Provedor Fernando Segismundo que começou por dar seguimento à ordem de trabalhos do Ponto 1– Apresentação, discussão e votação do Relatório e Contas referente ao ano de 2024 e Parecer do Conselho Fiscal.

O Sr. Provedor, começou por dar as boas vindas a todos os presentes e começou por informar dos resultados do orçamento de 2024 e deu a conhecer aos irmãos presentes que o resultado líquido foi positivo no valor de 104.559,76€ o que comparativamente com ano anterior, significou um ganho de 72.897,54€. Estes resultados foram apresentados pelo Sr. Provedor pormenorizadamente por cada uma das valências, com as suas contribuições assim como a demonstração dos resultados líquidos. O Relatório de Atividades e Contas de 2024, está em anexo a esta Ata, da qual faz parte integrante. O Sr. Provedor após todas as explicações e respostas a questões que os irmãos colocaram e que ficaram completamente esclarecidos. O Presidente da Assembleia Geral, passou a palavra à Presidente do Conselho Fiscal para que desse o seu parecer ao Relatório de Atividades e Contas. A Presidente do Conselho Fiscal deu o seu Parecer positivo e deu os parabéns pela forma como a Santa Misericórdia tem sido gerida pela atual Direção. Em destaque o trabalho do Sr. Provedor Fenando Segismundo pelo cuidado com que tem conseguido levar a bons resultados toda esta gestão. Depois de terminado o Parecer do Conselho Fiscal o Presidente da Assembleia Geral passou à votação do Relatório de Atividades e Contas referentes ao ano de 2024. Foi aprovado por unanimidade. De seguida à votação, o Presidente da Assembleia Geral entrou no Ponto 2 da convocatória: Outros assuntos. Neste ponto a Presidente do Conselho Fiscal veio colocar uma ressalva que o aumento dos Gastos com o Pessoal que no seu entender não foi acompanhado por indicadores que demonstrem uma melhoria nos serviços prestados. Deu-se azo a um debate de ideias, em que participaram vários irmãos, assim como também a Diretora Técnica Cátia Camacho. Das participações a irmã Noémia Leal disse que pelo seu conhecimento seria impossível fazer-se mais e melhor do que se está a fazer e que no seu cabal

Acta Número 88

conhecimento desta instituição é de outras, que a Misericórdia de Alfeizerão tem condições que a irmã considera de excelentes. A irmã Florinda que é uma das pessoas que exerce imenso do seu tempo como voluntária na Santa Casa, também referiu e argumentou com conhecimento que os utentes são muito bem tratados na instituição. O Irmão Pedro que faz parte do Conselho Fiscal, argumentou que nada tinha de pessoal contra a instituição, pelo contrário reconhece que o trabalho desenvolvido pela atual direção muito em concreto pelo Provedor e pela Diretora Técnica era muito bom, mas que teríamos que sempre ter uma melhoria contínua. O Sr. Provedor também entrou neste debate em que apresentou dados rigorosos sobre pontos que são trabalhados para a certificação da qualidade da instituição que apontam precisamente no sentido que os dados apresentados na Assembleia comprovam o bom desempenho da instituição. O Sr. Presidente da Assembleia Geral interveio também que muito do que se diz fora não tem nenhum cabimento sobre a realidade. Que tem absoluta confiança no trabalho que é desenvolvido todos os dias pela Diretora Técnica Cátia Camacho, assim como pela atual direção sobretudo alavancada pela qualidade, isenção e mérito do Provedor Fernando Segismundo. Perante a confiança da Mesa da Assembleia Geral quer no Provedor quer na Diretora Técnica a mesa fez questão de informar todos os presentes na Assembleia de que iria ficar lavrado em Ata, um voto de Louvor e de Confiança ao Sr. Provedor assim como á Diretora Técnica. No final deste ponto 2 da Assembleia ter ficado devidamente debatido, o Presidente da Assembleia Geral passou ao Ponto 3- Aprovação da minuta da ata desta sessão ou em alternativa conceder um voto de confiança á Mesa da Assembleia Geral para a sua elaboração, o qual foi aprovado por unanimidade, pelos irmãos presentes. Por nada mais haver a tratar, o Presidente da Assembleia Geral deu por encerrada esta sessão quando eram 17 horas e trinta minutos, da qual se lavrou a presente Ata para os devidos efeitos e fins convenientes, a qual vai ser assinada pelo Presidente João Manuel Dantas Vizoso e por mim, Maria da Natividade Marques Pedro que a secretariei.


Maria da Natividade Marques Pedro

ATAS

Folha 58

ATA N° 565

Aos dezasseis dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e cinco, pelas dezasseis horas, sob a presidência do Senhor Provedor Fernando Mota Segismundo, reuniu presencialmente, a Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Alfeizerão (SCMA), com a seguinte Ordem de trabalhos:

Ponto único – Apresentação, Discussão e Votação do Relatório de Atividades e Contas referente ao exercício de dois mil e vinte e quatro.

Estiveram presentes os seguintes mesários:

Provedor	Fernando Mota Segismundo
Vice-Provedora	Maria Adriana Conceição Rodrigues Gomes
1ª Secretária	Isabel Maria Rocha Lestro
Tesoureiro	Joaquim Ramos Marto
1ª Vogal	Florinda Maria Ferreira Henriques

O Senhor Provedor abriu a sessão agradecendo a participação dos presentes e deu início aos trabalhos, com a apresentação do Relatório de Atividades e Contas referente ao exercício de dois mil e vinte e quatro. Explanam-se abaixo excertos do Relatório:

“O resultado líquido apresenta um valor positivo de **104 559,79 €** o que, comparativamente com o ano anterior, significa um ganho de **72.897,54**. Salienta-se que este resultado incorpora os gastos com os utentes que entregaram bens à Misericórdia em contrapartida de serviços a prestar no futuro no valor de **6.097,59 €** e uma provisão de **18 648,03 €** para dívidas de quotas dos irmãos até 2022 e dívidas de utentes com mais de 6 meses.

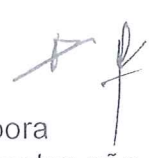
As receitas em 2024 tiveram um aumento de 12,10 %, tendo a prestação de serviços contribuído com um aumento de 14,00 % e os subsídios 1,06 %.

Deve-se, contudo notar que o valor da prestação de serviços é inferior ao valor orçamentado em 5,39 % devido ao facto do valor recebido das vagas hospitalares estar contabilizado em subsídios, apresentando estes um desvio positivo de 24,61 % relativamente ao valor orçamentado.

No que respeita aos gastos, verifica-se um aumento global de **8,28%**, verificando-se um aumento em quase todas as rubricas, sendo as mais expressivas as seguintes:

Os juros e comissões bancárias em termos de custo, apresentam um aumento de **5,96 %**.

Apesar do aumento dos preços, esta rubrica apresenta uma ligeira redução devido ao encerramento do CAES em maio de 2023.



Os gastos de depreciação e amortização sofreram um aumento de **8,42%**, embora estivesse previsto um aumento superior das amortizações, devido aos investimentos não realizados.

Os fornecimentos e serviços externos apresentam uma redução de **9,68 %** devido à rescisão, em agosto de 2024, do contrato de prestação de serviços de limpeza., cujo pessoal passou para os quadros da Misericórdia.

Os gastos com pessoal apresentam um aumento de **12,80%**, quando estava previsto um aumento de 6,82% devendo-se esta diferença em parte à passagem do pessoal da empresa de limpeza para os quadros da Misericórdia.

No que se reporta à obra de ampliação do lar, durante o ano de 2024 não foi feito qualquer pagamento ao construtor, permanecendo assim pago somente 80 % do valor adjudicado.

As despesas de investimento pagas em 2024 estiveram relacionadas com a alteração do sistema de aquecimento de águas que foi transferido da casa das caldeiras para o telhado, a aquisição da viatura elétrica para o SAD, no valor total de **56.666,95 €**, sendo a viatura elétrica comparticipada em 25.000,00 € pelo programa da mobilidade verde.

Durante o ano de 2024, foram alienados, o celeiro e duas viaturas pelo valor global de 154.500.00€.

De seguida procedeu-se à análise económico-financeira sectorial. Assim na ERPI verificou-se um aumento do custo médio mensal de utente, com amortizações, de 1 348,52 € em 2023 para 1 447,00 € em 2024 (7,3%).

Este aumento deve-se fundamentalmente ao aumento dos custos com pessoal.

Como o aumento dos custos esteve praticamente em linha com o aumento das receitas, o resultado líquido da ERPI em 2024 foi similar ao de 2023.

O Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) tem capacidade para 60 utentes e mantém 42 Acordos de Cooperação com o ISS, I.P. – Centro Distrital de Leiria, integrando em 2024 uma média de 32 utentes, enquanto em 2023 este número foi de 35, verificando-se assim uma redução do número de utentes.

Nesta valência verificou-se um agravamento do resultado líquido, o qual foi negativo em 10.290,62€. Este agravamento deve-se fundamentalmente aos gastos com o pessoal.

Já o Centro de Dia (CD) " dispõe de um Acordo de Cooperação com o ISS, IP – Centro Distrital de Leiria para 14 utentes, mas tem capacidade para 30 utentes.

Em 2024 o número médio de utentes foi de 18, enquanto que em 2023 foi de 14.

Apesar do aumento do número médio de utentes, em 2024 o Centro de Dia continuou a apresentar um resultado líquido negativo, embora tivesse melhorado **7.413,37 €** em relação ao ano anterior.

Existem ainda outras valências, a saber:

- Ambulâncias – Este serviço dispõe de 2 ambulâncias e 3 motoristas, sendo 1 a tempo parcial. Por outro lado, sempre que os doentes necessitam de acompanhante, são deslocados para esta valência funcionários da ERPI.

Enquanto que em 2023 o resultado operacional deste serviço foi negativo em **2.515.51€**, em 2024 este serviço apresentou um resultado operacional negativo de **289,71€**, devido à redução de horas extraordinárias.

- Universidade sénior - Nos três meses do ano de 2024, esta valência deu um prejuízo de 845,91€.

ATAS



Folha 59

- Banco Alimentar Contra a Fome -" Através da parceria existente com o Banco Alimentar Contra a Fome das Caldas da Rainha, durante o ano de 2024 foram apoiados cerca de 22 agregados familiares num total de 70 pessoas, sendo que 20 destas pessoas são crianças.

Este serviço consiste numa avaliação da situação socioeconómica do agregado familiar e posterior atribuição de um cabaz de alimentos mensal às famílias com um rendimento per capita inferior a 200 € mensais. "

- Fundo Europeu de Apoio a Carentes - Este fundo é gerido pelo ISS a nível nacional, tendo substituído a antiga valência das cantinas sociais.

A Misericórdia de Alfeizerão, conjuntamente com a Confraria da Nossa Senhora da Nazaré e outras IPSS da região, tem um protocolo com o ISS para a distribuição de alimentos do referido fundo.

A sinalização das pessoas carenciadas é feita inicialmente pelo ISS, que posteriormente as encaminha para a Misericórdia.

Ao longo da apresentação foram, os presentes, partilhando propostas de atuação no sentido de otimizar futuras decisões a tomar no sentido de melhorar a situação económica da instituição. É exemplo desta partilha a utilização de trabalho voluntário.

Finalmente o Relatório de Atividades e Contas, referente ao Ano Económico e Social de dois mil e vinte e quatro, proposto pelo Senhor Provedor à Mesa Administrativa, foi aprovado por unanimidade.

Este Relatório, depois de aprovado na Assembleia Geral da Irmandade, terá de ser lançado na Plataforma da Segurança Social até à data limite de trinta de junho de dois mil e vinte e cinco.

Será elaborado um Dossier em suporte de papel com todos os elementos documentais referentes ao Relatório de Atividades e Contas relativos ao exercício de dois mil e vinte e quatro, que poderá ser consultado na Sede Social da Instituição e todos os irmãos que indicaram o e-mail irão receber o relatório por e-mail.

Nada mais havendo a tratar, pelas dezassete horas e trinta minutos, o Sr. Provedor deu por terminada a sessão, da qual se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada vai ser assinada por mim, Isabel Lestro, que a secretariei, pelo Senhor Provedor e pelos Mesários presentes, na próxima reunião presencial.

Provedor

Fernando Mota Segismundo



Vice-Provedora

Maria Adriana Conceição Rodrigues Gomes



Tesoureiro

Joaquim Ramos Marto



1ª Secretária

Isabel Maria Rocha Lestro



1ª Vogal

Florinda Maria Ferreira Henriques





Santa Casa da Misericórdia de Alfeizerão

Instituição de Solidariedade Social – IPSS

Pessoa Coletiva de Utilidade Pública

Relatório de Atividades e Contas de 2024

F.H.
P
4.10/8

Relatório de Atividades e Contas de 2024

Índice

- 1 -Introdução
- 2 – Análise Económico-Financeira Global
- 3 – Análise Setorial da Instituição
- 4 – Proposta de Aplicação de Resultados
- 5 – Contas do Exercício
- 6 – Anexo às Demonstrações Financeiras



Santa Casa da Misericórdia de Alfeizerão

Instituição de Solidariedade Social – IPSS

Pessoa Coletiva de Utilidade Pública

Relatório de Atividades e Contas de 2024

F.H
J.B
G

1 – Introdução

Para cumprimento do estabelecido no Compromisso, a Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Alfeizerão vem submeter à apreciação, discussão e votação da Assembleia Geral de Irmãos o Relatório de Atividades e Contas de Gerência de 2024, o qual, em conformidade com o referido Compromisso, incorpora o Parecer do Conselho Fiscal.

Durante o ano de 2024 foi possível cumprir todos os objetivos do Plano de Atividades e Orçamento, do qual demos devida nota no nosso Boletim nº 48.

Este relatório começa pela análise dos resultados globais da Instituição, bem como das respetivas receitas e gastos, ocorridos ao longo do ano, tendo como termo de comparação os resultados do ano anterior.

Será também analisado o impacto das diferentes respostas sociais nos resultados alcançados e as causas desses mesmos resultados.

Para cada uma das áreas tentaremos fazer um balanço da atividade desenvolvida através de alguns indicadores.

Por fim, apresentaremos as contas do exercício, constituídas pelo balanço, demonstração de resultados, demonstração de fluxos de caixa e respetivo anexo.

A Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Alfeizerão, agradece a todos quantos colaboraram com a Instituição durante o ano de 2024, em especial aos nossos irmãos, órgãos sociais, entidades e organismos parceiros e colaboradores.

2 – Análise Económico – Financeira Global

O resultado líquido apresenta um valor positivo de **104 559,76 €** o que, comparativamente com o ano anterior, significa um ganho de **72 897,54 €**.

Salienta-se que este resultado incorpora uma prestação das vagas hospitalares de outubro de 2023 (recebida em abril de 2024) no valor de 20.311,10 €, pelo que o verdadeiro resultado de 2023 seria de 51.973,32 € e o de 2024 de 84.248,66 €, resultando assim um ganho efetivo de 32.275,34 € em 2024 relativamente a 2023.

É de salientar ainda que o resultado incorpora os gastos com os utentes que entregaram bens à Misericórdia em contrapartida de serviços a prestar no futuro no valor de **6097,59 €** e uma provisão de **18 648,03 €** para dívidas de quotas dos irmãos até 2022 e dívidas de utentes com mais de 6 meses.



Santa Casa da Misericórdia de Alfeizerão

Instituição de Solidariedade Social – IPSS

Pessoa Coletiva de Utilidade Pública

Relatório de Atividades e Contas de 2024

Handwritten signature and initials in blue ink.

Conta	Descrição	Real 2023 (€)	Real 2024 (€)	Variação anual (€)	Variação anual (%)	Orç 2024 (€)	Desv. Orç (€)	Desv. Orç (%)
		(B)	(A)	(A-B)		(C)	(A-C)	
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	194 014,75	193 882,58	- 132,17	-0,07	213 329,96	- 19 447,38	-9,12
62	Fornecimentos e serviços externos	270 342,12	244 170,22	- 26 171,90	-9,68	282 384,70	- 38 214,48	-13,53
63	Gastos com o Pessoal	1 020 063,34	1 150 629,21	130 565,87	12,80	1 077 201,90	73 427,31	6,82
64	Gastos de depreciação e de amortização	170 880,35	185 273,56	14 393,21	8,42	196 557,30	- 11 283,74	-5,74
69	Juros	126 755,73	134 310,84	7 555,11	5,96	156 866,75	- 22 555,91	-14,38
68	Outros gastos	21 504,09	32 682,19	11 178,10	51,98	540,00	32 142,19	5952,26
65	Imparidades de dívida	6 121,84	18 648,03	12 526,19	204,61		18 648,03	#DIV/0!
	Provisões							
	Total de despesas	1 809 682,22	1 959 596,63	149 914,41	8,28	1 926 880,60	32 716,03	1,70
72	Prestações de serviços	1 116 145,36	1 272 374,30	156 228,94	14,00	1 344 900,88	- 72 526,58	-5,39
75	Subsídios, doações e legados à exploração	652 507,43	659 448,25	6 940,82	1,06	529 202,23	130 246,02	24,61
78	Outros rendimentos e ganhos	69 769,18	124 111,19	54 342,01	77,89	48 546,41	75 564,78	155,65
79	Juros	2 922,47	8 222,65	5 300,18	181,36	6 780,82	1 441,83	21,26
76	Reversões							
	Total de receitas	1 841 344,44	2 064 156,39	222 811,95	12,10	1 929 430,35	134 726,04	6,98
	Resultado Líquido	31 662,22	104 559,76	72 897,54	230,24	2 549,75	102 010,01	4000,79
	EBITDA	329 298,30	424 144,16	94 845,86	28,80	355 973,79	68 170,37	19,15
	EBIT	158 417,95	238 870,60	80 452,65	50,79	159 416,49	79 454,11	49,84
	Cash flow	202 542,57	289 833,32	87 290,75	43,10	199 107,05	90 726,27	45,57

Os acertos de exercícios anteriores encontram-se contabilizados em resultados transitados, apresentando esta rubrica o valor de -471 187,44 € os quais resultam de:

Resultados transitados do ano anterior -502.849,66 €
Resultado líquido do ano anterior 31.662,22 €
Resultados transitados para 2025 -471 187,44€

2.1 – Receitas

As receitas em 2024 tiveram um aumento de 12,10 %, tendo a prestação de serviços contribuído com um aumento de 14,00 % e os subsídios com 1,06 %.

Deve-se, contudo notar que o valor da prestação de serviços é inferior ao valor orçamentado em 5,39 % e o valor dos subsídios é superior ao orçamentado em 24,61 %, o que se justifica pela variação da comparticipação dos utentes e do estado nas vagas hospitalares, sendo que a comparticipação dos utentes é contabilizada como prestação de serviços e a comparticipação do estado em subsídios.

2.2 – Despesas

No que respeita aos gastos, verifica-se um aumento global de **8,28%**, verificando-se um aumento em quase todas as rubricas, sendo as mais expressivas as seguintes:

Juros e comissões bancárias

Apesar da redução da taxa de juro de 2023 para 2024, o valor médio do saldo em dívida em 2024 foi superior ao de 2023 (o aumento do empréstimo em 450 mil euros verificou-se a 19/4/2023), resultando um aumento dos juros de 2023 para 2024 de 5,96 %. Contudo, quando comparamos com o valor orçamentado, verifica-se uma poupança de 22 555,91 €.



Santa Casa da Misericórdia de Alfeizerão

Instituição de Solidariedade Social – IPSS

Pessoa Coletiva de Utilidade Pública

Relatório de Atividades e Contas de 2024

F.H.
J.D.
C.

Materiais Consumidos

Apesar do aumento dos preços, esta rubrica apresenta uma ligeira redução, fundamentalmente devido ao encerramento do CAES em maio de 2023.

Gastos de depreciação e amortização

Sofreram um aumento de **8,42%**, embora estivesse previsto um aumento superior, associado aos investimentos previstos que não foram realizados.

Fornecimentos e serviços externos

Verificou-se uma redução de **9,68 %** devido à rescisão, em agosto de 2024, do contrato de prestação de serviços de limpeza, cujo pessoal passou para a Misericórdia.

Gastos com pessoal

Apresentam um aumento de **12,80 %**, quando estava previsto um aumento de **6,82 %**, devendo-se esta diferença, em parte, à transferência das pessoas da limpeza para os nossos quadros.

Estrutura de custos

Com a incorporação do pessoal da limpeza nos quadros da Misericórdia, o peso das despesas com pessoal voltou a subir, situando-se em 2024 nos 58,72%. Contudo, são os custos com as imparidades da dívida que apresentam um maior crescimento (de 0,34% para 0,95 %).



Santa Casa da Misericórdia de Alfeizerão

Instituição de Solidariedade Social – IPSS

Pessoa Coletiva de Utilidade Pública

Relatório de Atividades e Contas de 2024

Filipe
D
H/O

Descrição	2023 (%)	2024 (%)
Gastos com o Pessoal	56,37	58,72
Fornecimentos e serviços externos	14,94	12,46
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10,72	9,89
Gastos de depreciação e de amortização	9,44	9,45
Juros	7,00	6,85
Outros gastos	1,19	1,67
Imparidades de dívida	0,34	0,95

2.3 – Atividades de investimento

Despesas

No que se reporta à obra de ampliação do lar, durante o ano de 2024 não foi feito qualquer pagamento ao construtor, permanecendo assim pago somente 80 % do valor adjudicado.

As despesas de investimento pagas em 2024 estiveram relacionadas com a alteração do sistema de aquecimento de águas, que foi transferido da casa das caldeiras para o telhado, e a aquisição da viatura elétrica para o SAD, no valor total de **56.666,95 €** sendo a viatura elétrica comparticipada em 25.000 € pelo Programa da Mobilidade Verde.

Receitas

Durante o ano de 2024 foram alienados o Celeiro e duas viaturas pelo valor global de 154.500,00 €.

2.4 – Atividades de financiamento

Durante o ano de 2024 foi realizada uma amortização antecipada de **150.000,00 €** no empréstimo da Caixa Agrícola e de **19.628,34 €** no empréstimo do Montepio, ficando este último totalmente pago.

3 – Análise setorial da Instituição

Neste capítulo iremos analisar a atividade desenvolvida nas diferentes áreas da Instituição.



Santa Casa da Misericórdia de Alfeizerão

Instituição de Solidariedade Social – IPSS

Pessoa Coletiva de Utilidade Pública

Relatório de Atividades e Contas de 2024

F.H.
P
J. J. J.

3.1 - Estrutura Residencial para Pessoas Idosas

Conta	Descrição	ERPI 2024	ERPI 2023
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	156 544,01	120 332,79
62	Fornecimentos e serviços externos	147 234,88	147 821,26
63	Gastos com o Pessoal	817 879,37	672 526,55
64	Gastos de depreciação e de amortização	128 964,77	121 125,59
69	Juros	107 448,73	93 097,89
68	Outros gastos	18 341,45	9 353,39
65	Imparidades de dívida	12 707,27	1 649,85
	Provisões	0,00	0,00
	Total de despesas	1 389 120,48	1 165 907,32
72	Prestações de serviços	1 016 249,13	871 858,62
75	Subsídios, doações e legados à exploração	405 781,87	343 880,24
78	Outros rendimentos e ganhos	23 800,60	7 419,47
79	Juros		
76	Reversões		
	Total de receitas	1 445 831,60	1 223 158,33
	Resultado Líquido	56 711,12	57 251,01
	EBITDA	293 124,62	271 474,49
	EBIT	164 159,85	150 348,90
	Cash flow	185 675,89	178 376,60

Na ERPI, verificou-se um aumento do custo médio mensal de utente, com amortizações, de 1 348,52 € em 2023 para 1 447,00 € em 2024 (7,3%).

Este aumento deve-se fundamentalmente ao aumento dos custos com pessoal e de materiais consumidos.

Como o aumento dos custos esteve praticamente em linha com o aumento das receitas, o resultado líquido da ERPI em 2024 foi similar ao de 2023.

Durante o ano foi desenvolvido um Plano de Atividades Socioculturais (PAS), o qual teve como objetivo central a valorização de um envelhecimento cada vez mais ativo, mais dinâmico e mais colaborativo.

O PAS da área sénior reflete a importância de celebrar os vários aspetos da vida. Celebrar o prazer de viver, celebrar os amigos, os afetos, a natureza, as tradições.



Santa Casa da Misericórdia de Alfeizerão

Instituição de Solidariedade Social – IPSS

Pessoa Coletiva de Utilidade Pública

Relatório de Atividades e Contas de 2024

Handwritten signatures and initials in blue ink.

Um dos principais obstáculos à felicidade dos nossos utentes prende-se, na sua maioria com a falta de um projeto de vida. Um projeto de vida com objetivos e sonhos que motive cada utente a valorizar não só o que conquistou na vida, mas também tudo o que ainda pode alcançar. Desta forma, foram desenvolvidas atividades socioculturais e lúdico-pedagógicas que permitiram fomentar a socialização, promover atividades intergeracionais, assim como atividades que envolvam a família.

Durante o ano de 2024 foi possível realizar a maioria das atividades programadas (passeios, espetáculos no exterior, praia, etc.),





Santa Casa da Misericórdia de Alfeizerão

Instituição de Solidariedade Social – IPSS

Pessoa Coletiva de Utilidade Pública

Relatório de Atividades e Contas de 2024

For. U.
H. A.
E.

3.2 – Serviço de Apoio Domiciliário

Conta	Descrição	SAD 2024	SAD 2023
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	33 166,11	34 286,16
62	Fornecimentos e serviços externos	38 372,84	39 289,75
63	Gastos com o Pessoal	198 449,43	173 622,00
64	Gastos de depreciação e de amortização	38 543,18	31 053,45
69	Juros	6 715,54	5 818,60
68	Outros gastos	3 857,61	838,92
65	Imparidades de dívida	822,61	857,61
	Provisões	0,00	0,00
	Total de despesas	319 927,32	285 766,49
72	Prestações de serviços	120 958,90	106 289,44
75	Subsídios, doações e legados à exploração	184 514,17	174 436,06
78	Outros rendimentos e ganhos	4 163,63	3 462,86
79	Juros		
76	Reversões		
	Total de receitas	309 636,70	284 188,36
	Resultado Líquido	- 10 290,62	- 1 578,13
	EBITDA	34 968,10	35 293,92
	EBIT	- 3 575,08	4 240,47
	Cash flow	28 252,56	29 475,32

O Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) tem capacidade para 60 utentes e mantém 42 Acordos de Cooperação com o ISS, I.P. – Centro Distrital de Leiria, integrando em 2024 uma média de 32 utentes, enquanto em 2023 este número foi de 35, verificando-se assim uma redução do número de utentes.

Como consequência da redução do número de utentes e do aumento dos custos com pessoal, o resultado líquido em 2024 foi ainda mais negativo do que em 2023.



Santa Casa da Misericórdia de Alfeizerão

Instituição de Solidariedade Social – IPSS

Pessoa Coletiva de Utilidade Pública

Relatório de Atividades e Contas de 2024

F. A.
7
J. A. / 6

3.3 – Centro de Dia

Conta	Descrição	CD 2024	CD 2023
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	5 293,78	5 751,40
62	Fornecimentos e serviços externos	15 613,48	15 882,40
63	Gastos com o Pessoal	68 636,49	66 938,91
64	Gastos de depreciação e de amortização	17 015,88	15 961,67
69	Juros	6 715,49	5 818,56
68	Outros gastos	1 239,97	173,05
65	Imparidades de dívida	0,00	0,00
	Provisões	0,00	122,90
	Total de despesas	114 515,09	110 648,89
72	Prestações de serviços	61 624,30	50 483,93
75	Subsídios, doações e legados à exploração	28 248,36	27 501,85
78	Outros rendimentos e ganhos	330,25	937,56
79	Juros		
76	Reversões		
	Total de receitas	90 202,91	78 923,34
	Resultado Líquido	- 24 312,18	- 31 725,55
	EBITDA	- 580,81	- 9 945,32
	EBIT	- 17 596,69	- 25 906,99
	Cash flow	- 7 296,30	- 15 763,88

A Misericórdia de Alfeizerão dispõe de um Acordo de Cooperação com o ISS, IP – Centro Distrital de Leiria para 14 utentes, mas tem capacidade para 30 utentes.

Em 2024 o número médio de utentes foi de 20, enquanto que em 2023 foi de 14.

Apesar do aumento do número médio de utentes, em 2024 o Centro de Dia continuou a apresentar um resultado líquido negativo, embora tivesse melhorado em relação ao ano anterior.



Santa Casa da Misericórdia de Alfeizerão

Instituição de Solidariedade Social – IPSS

Pessoa Coletiva de Utilidade Pública

Relatório de Atividades e Contas de 2024

F.H.
A
J
T

3.4 – Serviço de ambulâncias

Conta	Descrição	Ambulâncias 2024	Ambulâncias 2023
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8,00	46,46
62	Fornecimentos e serviços externos	18 794,23	25 096,32
63	Gastos com o Pessoal	40 608,93	49 194,88
64	Gastos de depreciação e de amortização	182,37	6,36
69	Juros	0,00	0,00
68	Outros gastos	0,00	0,00
65	Imparidades de dívida	0,00	0,00
	Provisões	0,00	30,25
	Total de despesas	59 593,53	74 374,27
72	Prestações de serviços	57 752,52	71 858,76
75	Subsídios, doações e legados à exploração	0,00	0,00
78	Outros rendimentos e ganhos	1 551,30	0,00
79	Juros		
76	Reversões		
	Total de receitas	59 303,82	71 858,76
	Resultado Líquido	- 289,71	- 2 515,51
	EBITDA	- 107,34	- 2 509,15
	EBIT	- 289,71	- 2 515,51
	Cash flow	- 107,34	- 2 509,15

Este serviço dispõe de 2 ambulâncias e 3 motoristas, sendo 1 a tempo parcial. Por outro lado, sempre que os doentes necessitam de acompanhante, são deslocados para esta valência funcionários da ERPI.

Enquanto que em 2023 o resultado operacional deste serviço foi negativo em **2.515,51 €**, em 2024 este serviço apresentou um resultado operacional negativo de **289,71 €**, tendo contribuído para esta melhoria a redução dos custos com pessoal (menos horas extraordinárias).



Santa Casa da Misericórdia de Alfeizerão

Instituição de Solidariedade Social – IPSS

Pessoa Coletiva de Utilidade Pública

Relatório de Atividades e Contas de 2024

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

3.5 - Irmandade

Conta	Descrição	Irm 2024	Irm 2023
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-1 129,32	477,56
62	Fornecimentos e serviços externos	22 776,85	19 657,92
63	Gastos com o Pessoal	23 687,02	17 757,06
64	Gastos de depreciação e de amortização	567,36	2 730,64
69	Juros	13 431,08	22 020,68
68	Outros gastos	8 653,16	10 446,90
65	Imparidades de dívida	5 118,15	3 461,23
	Provisões	0,00	0,00
	Total de despesas	73 104,30	76 551,99
72	Prestações de serviços	13 739,45	15 654,61
75	Subsídios, doações e legados à exploração	40 903,85	52 456,28
78	Outros rendimentos e ganhos	93 825,41	57 697,08
79	Juros	8 222,65	2 922,47
76	Reversões		
	Total de receitas	156 691,36	128 730,44
	Resultado Líquido	83 587,06	52 178,45
	EBITDA	97 585,50	76 929,77
	EBIT	97 018,14	74 199,13
	Cash flow	84 154,42	54 909,09



Santa Casa da Misericórdia de Alfeizerão

Instituição de Solidariedade Social – IPSS

Pessoa Coletiva de Utilidade Pública

Relatório de Atividades e Contas de 2024

Handwritten signature and initials in blue ink.

3.6 – Universidade Sénior

Conta	Descrição	USA 2024	USA 2023
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	0,00	0,00
62	Fornecimentos e serviços externos	1 377,94	0,00
63	Gastos com o Pessoal	1 367,97	0,00
64	Gastos de depreciação e de amortização	0,00	0,00
69	Juros	0,00	0,00
68	Outros gastos	590,00	0,00
65	Imparidades de dívida	0,00	0,00
	Provisões	0,00	0,00
	Total de despesas	3 335,91	0,00
72	Prestações de serviços	2 050,00	0,00
75	Subsídios, doações e legados à exploração	0,00	0,00
78	Outros rendimentos e ganhos	440,00	0,00
79	Juros	0,00	0,00
76	Reversões		
	Total de receitas	2 490,00	0,00
	Resultado Líquido	- 845,91	-
	EBITDA	- 845,91	-
	EBIT	- 845,91	-
	Cash flow	- 845,91	-

3.7 - Banco Alimentar e FEAC – Fundo Europeu de Apoio a Carenciados

3.7.1 - Banco Alimentar

Através da parceria existente com o Banco Alimentar Contra a Fome das Caldas da Rainha, durante o ano de 2024 foram apoiados cerca de 22 agregados familiares num total de 70 pessoas, sendo que 20 destas pessoas são crianças.

Este serviço consiste numa avaliação da situação socioeconómica do agregado familiar e posterior atribuição de um cabaz de alimentos mensal às famílias com um rendimento per capita inferior a 200 € mensais.

Nesta parceria com o Banco Alimentar, a Misericórdia para além de proceder à avaliação da situação socioeconómica do agregado familiar, assegura o transporte dos bens entre as instalações do Banco Alimentar nas Caldas da Rainha e a Misericórdia, procedendo posteriormente à distribuição, nas suas instalações, dos respetivos cabazes mensais.



Santa Casa da Misericórdia de Alfeizerão

Instituição de Solidariedade Social – IPSS

Pessoa Coletiva de Utilidade Pública

Relatório de Atividades e Contas de 2024

F.H.
7
[Handwritten signature]

3.7.2 - FEAC – Fundo Europeu de Apoio a Carenciados

Este fundo é gerido pelo ISS a nível nacional, tendo substituído a antiga valência das cantinas sociais.

A Misericórdia de Alfeizerão, conjuntamente com a Confraria da Nossa Senhora da Nazaré e outras IPSS da região, tem um protocolo com o ISS para a distribuição de alimentos do referido fundo, o qual foi objeto de adenda por mais um ano.

A sinalização das pessoas carenciadas é feita inicialmente pelo ISS, que posteriormente as encaminha para a Misericórdia.

O cabaz de alimentos fornecido às famílias abrangidas por este esquema é muito mais rico do que o do Banco Alimentar, já que o mesmo comporta alimentos frescos.

Estes alimentos são distribuídos mensalmente pela Misericórdia, nas suas instalações, após a sua entrega pela Confraria da Nazaré.

3.8 – Atividade Social

No quadro que se segue apresentam-se os dados da atividade social da nossa Instituição em 2024.

Designação	Número de pessoas
Membros ativos da Irmandade	509
Voluntários	24
Colaboradores remunerados	72
Utentes do Serviço de Apoio Domiciliário	32
Utentes do Centro de Dia	20
Utentes da ERPI	80
Utentes da distribuição de géneros	146

4 – Proposta de Aplicação de Resultados

Considerando que a Santa Casa da Misericórdia de Alfeizerão encerrou as suas contas de 2024, com um Resultado Líquido de **104 559,76 €**, propõe-se que o referido Resultado seja integralmente transferido para a conta Resultados Transitados.



Santa Casa da Misericórdia de Alfeizerão

Instituição de Solidariedade Social – IPSS

Pessoa Coletiva de Utilidade Pública

Relatório de Atividades e Contas de 2024

Santa Casa da Misericórdia de Alfeizerão
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Pág.: 1
Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes		1 289 161,02	1 116 496,41
Pagamentos de subsídios		0,00	0,00
Pagamentos de apoios		0,00	0,00
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		484 122,47	476 947,23
Pagamentos ao pessoal		744 407,51	641 268,40
Pagamentos ao Estado		330 342,96	280 142,36
Caixa gerada pelas operações		-269 711,92	-281 861,58
		0,00	0,00
Recebimentos Fiel Depositário		14 779,23	16 470,13
Recebimentos donativos		8 893,42	5 285,70
Recebimentos CRSS Leiria		570 063,46	522 152,39
Recebimento de rendas		7 123,00	5 640,00
Recebimentos IEFP		20 607,35	16 195,74
Recebimentos IVA		6 611,46	8 545,70
Recebimentos Donativos CMA		0,00	0,00
Recebimentos Rappel Galp		0,00	0,00
Outros Recebimentos		1 431,51	492,34
Pagamento de rendas		0,00	-3 750,00
Pagamento Fiel Depositário		0,00	0,00
Pagamentos diversos		-73 509,43	-63 582,77
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		286 288,08	225 587,65
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		50 160,12	78 847,18
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		154 500,00	26 000,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		8 222,65	2 922,47
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		112 562,53	-49 924,71
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	550 000,00
Realização de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamentos		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		243 949,35	289 844,39
Juros		134 310,83	126 755,73
Serviços Bancários		4 996,22	1 053,00
Dividendos		0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		-383 256,40	132 346,88
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		15 594,21	308 009,82
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		376 439,06	68 429,24
Caixa e seus equivalentes no fim do período		392 033,27	376 439,06

F3M - Information Systems, SA

Processado por Computador

Handwritten signature and date: 2025/01/08

Handwritten signature



Santa Casa da Misericórdia de Alfeizerão

Instituição de Solidariedade Social – IPSS

Pessoa Coletiva de Utilidade Pública

Relatório de Atividades e Contas de 2024

5 – Contas do Exercício

Santa Casa da Misericórdia de Alfeizerão
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Contribuinte: 503 848 794
Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS		NOTAS	DATAS	
			31 DEZ 2024	31 DEZ 2023
ATIVO				
Activo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	4	3 397 119,35	3 635 560,00	
Bens do património histórico e artístico e cultural	5	0,00	0,00	
Propriedades de investimento		0,00	0,00	
Activos intangíveis	5	0,00	0,00	
Investimentos financeiros	13.1	12 865,46	12 865,46	
Financiamentos concedidos - Fundador/doador		0,00	0,00	
		3 409 984,81	3 648 425,46	
Activo corrente				
Inventários	7	14 477,79	15 156,90	
Créditos a receber	13.3	65 719,54	92 668,12	
Estado e outros entes públicos	13.9	1 604,11	1 247,79	
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	13.2	2 736,50	6 926,60	
Gastos a reconhecer	13.5	4 252,90	9 180,64	
Outros ativos correntes	13.4	264 219,74	201 507,76	
Caixa e depósitos bancários	13.6	392 033,27	376 439,06	
		745 043,85	703 126,87	
		4 155 028,66	4 351 552,33	
Total do ativo				
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO				
Fundos patrimoniais				
Fundos	13.7	36 382,31	36 382,31	
Excedentes técnicos	13.7	0,00	0,00	
Reservas	13.7	67 904,68	67 904,68	
Resultados transitados	13.7	-471 187,44	-502 849,66	
Excedentes de revalorização	13.7	490 402,52	490 402,52	
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	13.7	721 121,97	749 050,84	
		844 624,04	840 890,69	
Resultado líquido do período	13.16	104 559,76	31 662,22	
		949 183,80	872 552,91	
Total dos fundos patrimoniais				
Passivo				
Passivo não corrente				
Provisões		0,00	0,00	
Provisões específicas		0,00	0,00	
Financiamentos obtidos	6	2 468 417,01	2 701 698,25	
Outras dívidas a pagar	13.10	321 481,74	321 481,74	
		2 789 898,75	3 023 179,99	
Passivo corrente				
Fornecedores	13.8	57 087,03	70 237,91	
Estado e outros entes públicos	13.9	27 456,00	31 546,73	
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00	
Financiamentos obtidos	6	67 738,08	78 406,18	
Rendimentos a reconhecer	13.11	19 751,32	30 741,71	
Outros passivos correntes	13.10	243 913,68	244 886,90	
		415 946,11	455 819,43	
		3 205 844,86	3 478 999,42	
		4 155 028,66	4 351 552,33	
Total do passivo				
Total dos fundos patrimoniais e do passivo				
		4 155 028,66	4 351 552,33	

A Direção

[Handwritten signature]
+3-1
[Handwritten signature]

O responsável

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



Santa Casa da Misericórdia de Alfeizerão

Instituição de Solidariedade Social – IPSS

Pessoa Coletiva de Utilidade Pública

Relatório de Atividades e Contas de 2024

Santa Casa da Misericórdia de Alfeizerão
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Contribuinte: 503 848 794

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2024	2023
Vendas e serviços prestados	8	1.272.374,30	1.116.145,36
Subsídios, doações e legados à exploração	10	659.448,25	652.507,43
ISS, IP - Centro Distrital	10	614.058,67	611.206,57
Outros Subsídios	10	18.302,88	15.711,14
Donativos	13.13	27.086,70	25.589,72
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	193.882,58	194.014,75
Fornecimentos e serviços externos	13.12	244.170,22	270.342,12
Gastos com o pessoal	11	1.150.629,21	1.020.063,34
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9	18.648,03	6.121,84
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos	13.13	124.111,19	69.769,18
Outros gastos	13.14	32.682,19	21.504,09
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		415.921,51	326.375,83
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	185.273,56	170.880,35
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		230.647,95	155.495,48
Juros e rendimentos similares obtidos	13.15	8.222,65	2.922,47
Juros e gastos similares suportados	13.15	134.310,84	126.755,73
Resultados antes de impostos		104.559,76	31.662,22
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		104.559,76	31.662,22



Santa Casa da Misericórdia de Alfeizerão

Instituição de Solidariedade Social – IPSS

Pessoa Coletiva de Utilidade Pública

Relatório de Atividades e Contas de 2024

F.H.
D
H
F

6 – ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 2024

F.H.
D
J
P
C

Santa Casa da Misericórdia de Alfeizerão

Anexo

2024

Índice

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Principais Políticas Contabilísticas	4
3.1	Bases de Apresentação	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	5
4	Ativos Fixos Tangíveis	11
5	Ativos Intangíveis	13
6	Custos de Empréstimos Obtidos	13
7	Inventários	13
8	Rédito	14
9	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	14
10	Subsídios do Governo e apoios do Governo	15
11	Benefícios de empregados	17
12	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	17
13	Outras Informações	16
13.1	Investimentos Financeiros	17
13.2	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	17
13.3	Clientes e Utentes	18
13.4	Outras contas a receber	18
13.5	Diferimentos	19
13.6	Caixa e Depósitos Bancários	19
13.7	Fundos Patrimoniais	19
13.8	Fornecedores	20
13.9	Estado e Outros Entes Públicos	20
13.10	Outras Contas a Pagar	21
13.11	Rendimentos a Reconhecer	21
13.12	Fornecimentos e serviços externos	22
13.13	Outros rendimentos	23
13.14	Outros gastos	24
13.15	Resultados Financeiros	24
13.16	Acontecimentos após data de Balanço	25

1 Identificação da Entidade

A “Santa Casa da Misericórdia de Alfeizerão” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “IPSS”, com estatutos publicados no Diário da República n.º 3/99, Série III, com sede em Rua Manuel José Ramos Vizoso n.º 2, 2460-104 Alfeizerão

NIPC: 500 848 580;

NISS Nº 20004053651;

Endereço Eletrónico: geral@scmalfeizerao.pt

Página da Internet: <https://scmalfeizerao.pt/>

Natureza da Atividade: Atividades de Apoio Social Com e Sem Alojamento.

Nos termos do Compromisso homologado pela chancelaria do patriarcado de Lisboa, tem como fins praticar a Solidariedade Social, consubstanciada nas 14 Obras de Misericórdia, exercendo atividade predominante, nas valências de Centro de Dia, Apoio Domiciliário, Estrutura Residencial para Pessoas Idosas.

Desenvolve ainda outras atividades humanitárias de apoio aos idosos, famílias carenciadas, aposentados e membros da Irmandade, designadamente; Serviço de Ambulâncias, Cuidados de Saúde, Fisioterapia, Reabilitação Física e Psicomotora, Terapias Ocupacionais, Banco Alimentar, Serviços Religiosos, Serviços Fúnebres, Cabeleireiro e Universidade Sénior.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2024 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases Para Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) - Portaria nº 105/2011 de 14 de março;
- Código das contas (CC) - Portaria nº 106/2011 de 14 de março;
- NCRF-ESNL - Aviso nº 6726-B/2011 de 14 de março;
- Normas Interpretativas (NI)

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 - Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento). As quantias de rendimentos atribuídas ao período e ainda não recebidas ou liquidadas são reconhecidas em "Devedores por acréscimo de rendimentos" e as quantias de gastos atribuídos ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidos em "Credores por acréscimo de Gastos".

3.1.2 - Continuidade:

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 - Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito das demonstrações financeiras.

3.1.4 - Compensação

Em circunstância alguma, os ativos e passivos e os rendimentos e gastos, foram compensados, tendo sido relatados separadamente nos respetivos itens do balanço e da demonstração de resultados.



3.1.5 - Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados no final de 2024 são comparáveis com os critérios utilizados nas demonstrações financeiras de 2023.

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.1.6 - Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existam nessa data são refletidas nas demonstrações financeiras. Caso existam situações materialmente relevantes após a data do balanço são divulgadas no anexo às demonstrações financeiras.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 - Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “Despesas de investigação” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projetos de Desenvolvimento	
Programas de Computador	3
Propriedade industrial	
Outros Ativos Intangíveis	

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.2 - Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	20

F.H.
F.H.
F.H.
F.H.
F.H.

Equipamento básico	8
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	5
Outros Ativos fixos tangíveis	6

F.A.
P
J
7

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

3.2.3 - Bens do património histórico e cultural

Os “Bens do património histórico e cultural” encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo decorrido, desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “Variações nos fundos patrimoniais”

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo.

São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.



Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciables. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção. As incorporações a estes bens são depreciables, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

3.2.4 - Inventários

Os “Inventários” encontram-se valorizados ao custo médio.

3.2.5 - Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram

com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade.

Estes são registados no ativo pela quantia realizável.



Cientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.6 - Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.7 - Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais eventos passados em situações de risco e que venham a gerar obrigações futuras. A mesa administrativa procura sustentar as suas expectativas de perdas num ambiente de prudência.

3.2.8 - Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

E/ou

Os “Encargos Financeiros” de “Empréstimos Obtidos” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “Investimentos” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso venda estejam concluídas.

3.2.9 - Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;

b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;

c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que: “A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;

b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

4 - Ativos Fixos Tangíveis

Ativos fixos tangíveis

Vidas úteis ou taxas de depreciação usadas

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2023 e de 2024, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

2023							
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Depreciações do exercício	Abates/Alíenação	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo							
Terrenos e recursos naturais	780.829,96			20.971,56			759.858,40
Edifícios e outras construções	2.559.438,19	321.481,74		56.250,00	1.146.706,69		3.971.376,62
Equipamento básico	244.771,62	29.059,27			99.152,85		372.983,74
Equipamento de transporte	229.579,95						229.579,95
Equipamento biológico							0,00
Equipamento administrativo	37.275,14	7.635,84			14.314,86		59.225,84
Outros Ativos fixos tangíveis							0,00
AFT em Curso	1.238.074,07	22.100,33			-1.260.174,40		0,00
Total	5.089.968,93	380.277,18		77.221,56	0,00	0,00	5.393.024,55
Depreciações acumuladas							
Terrenos e recursos naturais	0,00						0,00
Edifícios e outras construções	1.098.086,49		151.021,12	-9.000,00			1.240.107,61
Equipamento básico	235.234,32		16.941,98				252.176,30
Equipamento de transporte	228.393,30		1.186,64				229.579,94
Equipamento biológico							0,00
Equipamento administrativo	35.309,19		291,51				35.600,70
Outros Ativos fixos tangíveis	0,00						0,00
Total	1.597.023,30	0,00	169.441,25	-9.000,00	0,00	0,00	1.757.464,55
Ativos Fixos Tangíveis							3.635.560,00

2024							
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Depreciações do exercício	Abates/Alíenação	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo							
Terrenos e recursos naturais	759.858,40			38.673,00			721.185,40
Edifícios e outras construções	3.971.376,62	12.763,70		90.237,00			3.893.903,32
Equipamento básico	372.983,75	4.283,82		462,31	0,00		376.805,26
Equipamento de transporte	229.579,95	38.175,51		59.511,57			208.243,89
Equipamento biológico							0,00
Equipamento administrativo	59.225,84	1.443,92			0,00		60.669,76
Outros Ativos fixos tangíveis							0,00
AFT em Cuso	0,00	0,00			0,00		0,00
Total	5.393.024,56	56.666,95		188.883,88	0,00	0,00	5.260.807,63
Depreciações acumuladas							
Terrenos e recursos naturais	0,00						0,00
Edifícios e outras construções	1.240.107,66		159.815,77	-19.075,99			1.380.847,44
Equipamento básico	252.176,30		15.527,42	-462,31			267.241,41
Equipamento de transporte	229.579,94		4.771,94	-59.511,57			174.840,31
Equipamento biológico							0,00
Equipamento administrativo	35.600,69		5.158,43				40.759,12
Outros Ativos fixos tangíveis	0,00						0,00
Total	1.757.464,59	0,00	185.273,56	-79.049,87	0,00	0,00	1.863.688,28
Ativos Fixos Tangíveis							3.397.119,35

5 - Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

2023/2024							
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Depreciações do exercício	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo							
Goodwill							0,00
Projetos de Desenvolvimento							0,00
Programas de Computador	15.226,61	0,00					15.226,61
Propriedade Industrial							0,00
Outros Ativos intangíveis							0,00
Total	15.226,61	0,00		0,00	0,00	0,00	15.226,61
Depreciações acumuladas							
Goodwill							0,00
Projetos de Desenvolvimento							0,00
Programas de Computador	15.226,61		0,00				15.226,61
Propriedade Industrial							0,00
Outros Ativos intangíveis							0,00
Total	15.226,61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.226,61
Ativos Fixos Intangíveis							0,00

6 - Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos, são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Durante o exercício de 2024, os empréstimos bancários reduziram, 243.949,34€, tendo sido amortizados de forma voluntária 150.000,00€ do empréstimo C.A e 19.628,34€ do Montepio e através de prestações o valor de 74.321,00€.

Descrição	2024			2023		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários - Agrícola	67.738,08	2.468.417,01	2.536.155,09	68.984,62	2.682.855,04	2.751.839,66
Linha de Crédito Montepio - Covid19	0,00	0,00	0,00	9.421,56	18.843,21	28.264,77
Outros Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	67.738,08	2.468.417,01	2.536.155,09	78.406,18	2.701.698,25	2.780.104,43

7 – Inventários

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	2024				2023			
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Géneros Alimentares	3.823,93	150.236,41	-31.989,86	5.692,23	5.600,00	155.466,23	-31.850,63	3.823,93
Material Clínico	1.400,32	31.317,13	0,00	1.333,61	1.328,65	29.676,37	-88,10	1.400,32
Produtos Higiene utentes	4.960,79	15.486,64	0,00	2.767,41	0,00	14.653,36	-68,55	4.960,79
Material limpeza Geral	2.661,81	15.019,59	0,00	2.549,51	2.919,50	14.655,73	-79,98	2.661,81
Material limpeza lavandaria	0,00	11.100,76	0,00	0,00	3.768,08	8.709,97	-2,95	0,00
Eq. Proteção Individual	2.024,02	301,60	0,00	1.918,30	2.379,00	374,50	0,00	2.024,02
Mat. Escritório	286,03	1.731,20		216,73	275,16	1.455,31		286,03
Total	15.156,90	225.193,33	-31.989,86	14.477,79	16.270,39	224.991,47	-32.090,21	15.156,90
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				193.882,58				194.014,75

8 - Rédito

Para os períodos de 2024 e 2023 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

RÉDITOS		
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	2024	2023
ERPI	985.361,06	846.774,64
Centro de dia	57.368,75	47.355,71
Apoio Domiciliário	119.095,37	104.807,81
Universidade Sénior	2.050,00	0,00
Quotizações e Jóias	7.441,10	9.926,60
Serviços Secundários	101.265,74	107.796,34
Descontos e abatimentos	-207,72	-515,74
TOTAL	1.272.374,30	1.116.145,36

9 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

A semelhança do ano de 2024, foram constituídas provisões de cobrança duvidosa para irmãos sócios com dívidas à Instituição para além dos limites legais, no valor de 4.921,00€

Para os utentes, também foram calculadas provisões para dívidas a partir de 6 meses de

mora, no valor de 13.823,03€

Nos períodos de 2024 e 2023, ocorreram as seguintes variações relativas a provisões:

CLIENTES DE COBRANÇA DUVIDOSA				
Períodos	ANO 2024	ANO 2023	AUMENTOS	REVERSÕES
Mais de 6 até 12 meses	3.125,66	2.035,74	1.089,92	
Mais de 12 meses até 18 meses	5.239,81	397,15	4.842,66	
Mais de 18 até 24 meses	7.125,92	70,11	7.055,81	
Mais de 24 meses	17.642,23	17.242,59	834,64	
Processo Judicial	0,00	0,00	0,00	
Total	33.133,62	19.745,59	13.823,03	0,00
QUOTAS DE IRMÃOS				
Quotas Irmãos - saldo 269	13.084,00	8.259,00	4.921,00	96,00
<i>Imparidades de dívidas a receber (perdas e reversões)</i>				18.648,03

10 - Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

SUBSÍDIOS E APOIOS		
	2024	2023
Cantinas Sociais	0,00	0,00
Protocolo de Alojamento de Emergência - CAES	0,00	54.233,00
Protocolo de Fornec. Refeições - Timorenses	8.418,00	15.412,50
FEAC	631,35	2.520,92
Centro de dia	28.248,36	25.388,84
Apoio Domiciliário	178.477,97	162.639,23
ERPI	148.074,54	135.676,26
Adenda ao Protocolo Portaria 38-A/2023 de 02/02/2023	248.733,45	195.078,08
Comparticipação Adicional Lares de Idosos	0,00	0,00
Comparticipação despesas funeral	1.475,00	750,00
Apoio Extraordinário 2023 2,10% SAD	0,00	3.002,65
Apoio Extraordinário 2023 3,50% CD	0,00	823,40
Apoio Extraordinário 2023 3,5% ERPI	0,00	3.949,34
Adiantamento 4,2% Acordos SAD	0,00	6.005,30
Adiantamento 4,2% Acordos CD	0,00	987,84
Adiantamento 4,2% Acordos ERPI	0,00	4.739,21
Programa Adptar Social - Covid 19	0,00	0,00
TOTAL SUBSÍDIOS ISS	614.058,67	611.206,57
IEFP	17.886,91	15.621,14
Subsídios de Outras Entidades	415,97	90,00
TOTAL SUBSÍDIOS OUTRAS ENTIDADES	18.302,88	15.711,14
TOTAL	632.361,55	626.917,71

11 - Benefícios dos empregados

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2024 foi de "67" funcionários e em 31/12/2023 o número médio é de "62" funcionários incluindo 3 bolsas de estágio, comparticipadas pelo IEFP.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

BENEFÍCIOS DE EMPREGADOS		
GASTOS COM PESSOAL	2024	2023
Remunerações	882.523,22	787.171,57
Indemnizações	0,00	930,16
ENCARGOS S/ REMUNERAÇÕES		
Segurança social	194.376,14	166.599,63
Fundo de Garantia Comp Trabalho	0,00	110,41
Subsídios Alimentação Géneros	57.215,74	50.800,50
Seguros acidentes de trabalho	9.022,88	7.602,24
Gastos de Ação social	49,65	800,00
Formação profissional	2.904,60	253,30
Fiscalização doença	0,00	0,00
Fardamento	1.938,85	3.511,45
Medicina no trabalho	2.598,13	2.284,08
TOTAL	1.150.629,21	1.020.063,34

12 - Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

13 - Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

13.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2024 e 2023, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”.

Descrição	2024	2023
Investimentos em subsidiárias	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em associadas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos noutras empresas	0,00	0,00
Outros investimentos financeiros	12.865,46	12.865,46
Perdas por Imparidade Acumuladas	0,00	0,00
Total	12.865,46	12.865,46

O valor apresentado na rubrica “Outros Investimentos Financeiros”, refere-se aos Fundos de Compensação do trabalho, (FCT), que poderão ser reembolsados, mediante despesas com formação e melhoramentos nas instalações afetas aos funcionários.

13.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de dezembro de 2024 e 2023, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2024	2023
Ativo		
Fundadores/associados/membros - em curso	15.820,50	15.185,60
Doadores - em curso	0,00	0,00
Patrocinadores	0,00	0,00
Quotas	0,00	0,00
Financiamentos concedidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Perdas por imparidade	-13.084,00	-8.259,00
Total	2.736,50	6.926,60
Passivo		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Financiamentos obtidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Resultados disponíveis	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

13.3 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2024 e 2023 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte for:

CLIENTES / UTENTES	2024	2023
Clientes	19.533,59	57.984,17
Centro de dia	180,46	3.216,66
Apoio Domiciliário	4.410,14	6.485,97
ERPI	13.424,61	3.549,19
ERPI - Adenda Port. Cooperação Portaria 38A	27.169,54	20.373,08
Utentes Universidade Sénior	41,00	0,00
Utente serviço ambulância	301,30	151,33
Outros utentes s/valência	173,50	200,11
Outros utentes n/irmãos	485,40	907,59
Utente cobrança duvidosa	33.133,64	19.545,61
TOTAL	98.853,18	112.413,71
Adiantamentos de clientes	0,00	0,00
Perdas por Imparidade	33.133,64	19.745,59
Utentes considerados incobráveis	0,00	0,00
Totais perdas imparidade	33.133,64	19.745,59
SALDO CONTA 21	65.719,54	92.668,12

13.4 Outras contas a receber

A rubrica “Outras Ativos Correntes” tinha, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a seguinte decomposição:

OUTROS ATIVOS CORRENTES				
	2024		2023	
Adiantamento Fornecedores		4.684,43 €		4.684,43 €
Adiantamento ao pessoal		4.597,04 €		4.791,07 €
Despesas com utentes CAES		0,00 €		0,00 €
Diversos Devedores		254.938,27 €		192.032,26 €
Subsídio Pares 3,0	175.697,00 €		175.697,00 €	
Subsídio Mobilidade Verde	7.500,00 €		7.500,00 €	
Subsídio Adenda Protocolo Portaria 38A	64.281,35 €			
Despesas com utentes CAES	161,40 €		161,40 €	
Beatriz Godinho Análises Clínicas	278,50 €		151,50 €	
Iefp	7.020,02 €		8.522,36 €	
TOTAL		264.219,74 €		201.507,76 €

13.5 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

DIFERIMENTOS	2024	2023
Gastos a Reconhecer		
Seguros	4.252,90	9.180,64
n/c Cepsa	0,00	0,00
TOTAL	4.252,90	9.180,64

13.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2024 e 2023, encontrava-se com o seguinte saldo:

Caixa e Depósitos Bancários	2024	2023
Caixa	1.500,92	1.101,67
Depósitos à ordem	89.032,35	88.337,39
Depósito a prazo	301.500,00	287.000,00
TOTAL	392.033,27	376.439,06

13.7 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações no ano de 2024, como podemos verificar no mapa abaixo.

ANO 2024					
Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Correções	Diminuições	Saldo Final
Fundos	36.382,31				36.382,31
Excedentes técnicos					0,00
Reservas	67.904,68				67.904,68
Resultados transitados	-502.849,66			31.662,22	-471.187,44
Excedentes de revalorização	490.402,52				490.402,52
Outras variações nos fundos patrimoniais	749.050,84			-27.928,87	721.121,97
Total	840.890,69	0,00	0,00	3.733,35	844.624,04

Em 2023 os fundos patrimoniais, decompõem-se da seguinte forma:

De referir que foram feitos ajustamentos na rubrica resultados transitados, por correção da contabilização da reavaliação do Celeiro que ocorreu em 2009, nesse ano foi por lapso

contabilizado a mais o valor de 56.250,00€, que origina um erro materialmente relevante, tendo sido a referida rubrica ajustada em 47.250,00, por diferença entre os AFT e as Depreciações consideradas de 2009 a 2016, no valor de 9.000,00€.

ANO 2023

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Correções	Diminuições	Saldo Final
Fundos	36.382,31				36.382,31
Excedentes técnicos					0,00
Reservas	67.904,68				67.904,68
Resultados transitados	-356.128,25		-47.250,00	-99.471,41	-502.849,66
Excedentes de revalorização	490.402,52				490.402,52
Outras variações nos fundos patrimoniais	775.143,42			-26.092,58	749.050,84
Total	1.013.704,68	0,00	-47.250,00	-125.563,99	840.890,69

13.8 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Fornecedores c/c	57.087,03	70.237,91
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedoras faturas em receção e conferência	0,00	0,00
Total	57.087,03	70.237,91

13.9 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	0,00	500,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	1.604,11	747,79
Outros Impostos e Taxas		
Total	1.604,11	1.247,79
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	156,10	0,00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	3.703,24	7.047,50
Segurança Social	23.596,66	24.499,23
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	27.456,00	31.546,73

13.10 Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

OUTROS PASSIVOS CORRENTES				
	2024		2023	
Fornecedores de Investimento		14.025,94		1.787,37
Adiantamento de clientes e utentes		0,00		0,00
Renumerações a pagar		0,00		0,00
Credores por acréscimo de gastos:		180.841,88		162.382,54
Férias e Sub. Férias a Liq 2024	171.819,24		146.008,14	
Horas de Formação não administrada	3.631,31			
Prémios de Rendimento	0,00		10.713,82	
Comissão de Garantia Linha Apoio Sector Social	0,00		1.750,00	
Outras despesas diferidas	5.391,33		3.910,58	
Outros credores		49.045,86		80.716,36
ABVSMP	399,00		1.748,40	
Beatriz Godinho Análises Clínicas	146,01			
Farmácia de Alfeizerão	0,00		0,00	
Farmácia de Coz	4.173,26		4.239,51	
José Maria Rodrigues Simão	1.642,58		888,45	
Maria Dulce Correia Pascoal	1.125,00		525,00	
Maria Marques Saramago Correia	1.909,28		867,87	
António Pedras - Fiel Depositário	3.800,06		3.018,35	
Maria Delmira Pinto S. Gomes	0,00		0,00	
Joaquim T. Leal e M ^a Noémia S.M. Leal	32.356,36		34.121,86	
Alice Agostinho - Despesas de Funeral	2.280,00		2.280,00	
Alice Manuel Gabriel	946,00		0,00	
Penhora Ana Paula Luís	0,00		619,74	
Penhora Ana Carolina Marques Figueiredo	260,00		0,00	
Susp de A. de Cooperação Insp 2013 a 2017	0,00		32.400,00	
Outras Operações do Pessoal Sindicato	8,31		7,18	
TOTAL		243.913,68		244.886,27
OUTROS PASSIVOS NÃO CORRENTES				
	2024		2023	
Construções Pedro e Couto, Lda		321.481,74		321.481,74
TOTAL		321.481,74		321.481,74

13.11 Rendimentos a Reconhecer

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2024 e 2023, os seguintes valores das entidades identificadas que serão reconhecidos como rendimentos nos períodos seguintes.:

Descrição	2024	2023
IEFP	12.865,32	12.051,07
CRSSL	0,00	0,00
CONTRATO CEPISA	6.886,00	18.690,64
Total	19.751,32	30.741,71



13.12 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, foi a seguinte:

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	2024	2023
Trabalhos Especializados	20.050,80	23.162,87
Publicidade e propaganda	1.143,90	1.057,80
Vigilância e Segurança	1,00	22,80
Honorários	35.022,29	24.790,68
Comissões Galp	0,00	0,00
Conservação e reparação	15.741,57	29.351,46
Serviços bancários	3.246,22	1.053,00
Serviços de Ambulâncias	197,14	764,57
Jornais e revistas	1.309,90	1.151,40
Ferramentas e utensílios	6.854,25	6.697,97
Livros e documentação técnica	0,00	0,00
Material de escritório	3.598,01	2.507,92
Artigos para ofertas	618,20	177,04
Electricidade	32.471,70	12.879,88
Combustíveis	19.941,08	23.666,26
Água	3.713,26	4.316,17
Outros fluídos	44.200,88	63.928,90
Deslocações e estadas	436,11	771,73
Transporte de mercadorias	0,00	10,70
Rendas e alugueres	2.423,86	16.023,66
Comunicação	5.954,76	6.477,67
Seguros	4.849,48	7.378,49
Despesas de representação	0,00	0,00
Contencioso e notariado	20,00	175,00
Limpeza, higiene e conforto	30.059,72	33.977,16
Rouparia	60,12	146,70
Outros serviços	2.434,85	0,00
Vestuário e Rouparia	7.966,99	8.643,96
Encargos de saúde c/ utentes	319,58	403,94
Convívio com idosos	0,00	0,00
Material didático	59,55	54,39
Passeios	0,00	0,00
Ajudas Técnicas	0,00	0,00
Despesas funerais	1.475,00	750,00
Acolhimento a Refugiados	0,00	0,00
Fundo de reestruturação do sector solidário	0,00	0,00
TOTAL	244.170,22	270.342,12

13.13 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2024		2023	
Rendimentos Suplementares		19.373,90		6.240,00
Rendas	7.303,00		6.240,00	
Protocolos UMP - Refeições IMP-AIMA	10.890,00			
Outros	84,90			
Fornecimento Refeições	1.096,00			
Descontos de pronto pagamento obtidos		1.644,37		3.575,00
Recuperação de dívidas a receber		0,00		0,00
Ganhos em inventários		3.113,74		1.482,88
Rendimentos em investimentos não financeiros - Alienações		37.165,95		5.174,94
Outros rendimentos:		11.804,64		15.649,19
- Rappel Farmácia de Coz	0,00		2.464,71	
- Cepsa Oferta 40 T - Gás	11.804,64		11.804,64	
- Rappel Paul Hartmann	0,00		903,12	
- Rappel Centro química	0,00		476,72	
Correções Relativas a Exercícios anteriores		23.072,60		7.947,55
- Correções Exercícios anteriores ISS	20.311,10		7.775,19	
- Correções Exercícios anteriores IEF	0,00		115,11	
- Correções Fundo Solidário de anos anteriores	2.282,15		0,00	
- Correções Exercícios anteriores - Outras	479,35		57,25	
Imputação de subsídios /doações - p/ investimento		27.928,87		26.092,58
Outros não especificados		7,12		3.607,04
- Proveitos de Recursos Humanos	0,00		1.266,50	
- Donativos	0,00		0,00	
- Outros	7,12		2.340,54	
Total		124.111,19		69.769,18

A rubrica “Correções Relativas a Exercícios Anteriores ISS”, no valor de 20.311,10€, corresponde ao subsídio de mês de outubro de 2023, que por lapso não foi contabilizado no referido mês.

No que se refere às Alienações, estas originaram uma mais-valia da venda de equipamentos no valor de 37.165,95€, este valor desdobra-se da seguinte forma:

Venda de Equipamentos	Mais-Valia – Saldo 787
Celeiro	32.665,95
Viaturas	4.450,00
Termoacumulador	50,00
Total	37.165,95

Na Mais-Valia do celeiro se deduzirmos o valor da comissão Imobiliária no montante de 7.500,00€, consideramos uma mais-valia efetiva no valor de **25.165,95€**

13.14 Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Outros Gastos		
Descrição	2024	2023
Impostos	48,79	17,87
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	10.619,32	3.460,19
Correções Relativas a Exercícios anteriores	7.530,40	4.338,88
Donativos	60,00	0,00
Quotizações	720,00	540,00
Multa Penal Processo 100/18.0T9ACB	306,00	6.000,00
Multas	1.438,00	0,00
Utentes da Responsabilidade da Instituição	6.097,59	3.398,90
Adenda Acordo de Cooperação Portaria 38A	5.862,09	3.748,25
Prestações a associados das mutualidades	0,00	0,00
Outros Gastos		
Total	32.682,19	21.504,09

13.15 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2024 e 2023 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2024			2023		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Juros e Rendimentos similares		8.222,65	8.222,65		2.922,47	2.922,47
Juros e gastos similares		134.310,84	134.310,84		126.755,73	126.755,73

13.16 Acontecimentos após data de Balanço

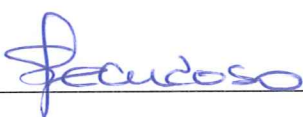
Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

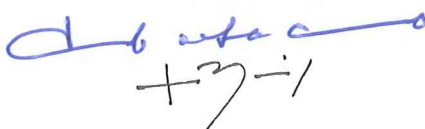
As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2024 foram aprovadas pela Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Alfeizerão em reunião realizada no dia 16/3/2025.

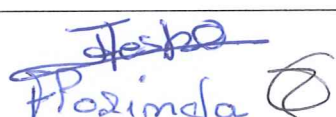
Alfeizerão, 16 de março de 2025

O Contabilista Certificado



A Mesa Administrativa





Teresa Prozinda



Santa Casa da Misericórdia de Alfeizerão

Instituição de Solidariedade Social – IPSS

Pessoa Coletiva de Utilidade Pública

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Registo no livro Atas do Conselho Fiscal — N.º 98

RELATÓRIO E CONTAS EXERCÍCIO ECONÓMICO 2024

No âmbito das suas competências definidas na alínea a) do Art.º 31 do compromisso da Santa Casa da Misericórdia de Alfeizerão, vem o Conselho Fiscal dar parecer sobre as contas do exercício económico do ano 2024.

O Conselho Fiscal faz o acompanhamento regular questionando e examinando os elementos económico financeiros, trocadas impressões sobre as práticas contabilísticas, controle e o reembolso de despesas, incluindo sobre a imputação de custos.

Ao longo do exercício foram efetuadas sugestões ao nível do processo contabilístico, as quais constam das respetivas atas, foram examinados os documentos finais que constam do Relatório de atividades e contas: Balanço, Demonstração Resultados e anexo às demonstrações financeiras, destacamos:

BALANÇO

ATIVO LIQUIDO	4.155.028,66€ (Vs: 2023 = 4.351.552, 33€)
Maior Rubrica — AFT	3.397.119,35€
Inclui Investimento no 3º Bloco da ERPI	1.568.510,29€ (Iniciou funcionamento em 02/2023)
FUNDOS PATRIMONIAS (CAPITAL)	949.183,8€ (Vs: 2023 = 872.552,91€)
PASSIVO	3.205.844,86€ (Vs: 2023 = 3.478.999,42€)
Financiamentos Bancários a 31.12.2024	2 536 155,09€ (vs 2023 = 2.780.104,432€)
(Exclusivamente CCAM — liquidação antecipada MG)	

Variação negativa do Ativo fruto de reduzidos investimentos e das amortizações/depreciações, mantem-se deposito a prazo para salvaguardar pagamento ao construtor do 3º Bloco, quando este estiver concluído e assinado auto receção de obra.

Variação positiva dos Fundos Patrimoniais face ao resultado positivo dos últimos 2 anos. Variação positiva do passivo com amortização corrente da dívida e amortização extraordinária de 150.000€ CCAM, verba referente à venda do Celeiro e liquidação antecipada do empréstimo — Linha Covid 19 ao MG no valor de 19.628,34€.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

O Ano de 2024 foi o 1º ano completo de atividade com a capacidade máxima instalada de utentes na ERPI, o que contribui para a maximização do resultado líquido, tendo ainda contribuído para o resultado a venda do Celeiro, com uma mais valia de 32.665,95€, venda viaturas 4.450,00€.

PRESTAÇÃO SERVICOS	1.272.374,3€ (Vs: 2023 = 1.116.145,36€)
SUBSÍDIOS	659.448,25d (Vs: 2023 = 652.507,43€)
EBITDA	415.921,51€ (Vs: 2023 = 326.375,83€)
RESULTADO LÍQUIDO	104.559,76€ (Vs: 2023 = 31.662,22€)

Rendimentos possíveis pelo facto de se encontrarem preenchidas todas as vagas (80 utentes), da ERPI.

Quanto aos custos a rubrica com maior impacto nos resultados continua a ser a dos **Gastos com Pessoal** que totalizou 1.150.629,21€ (Vs 2023: 1.020.063,34€), situação preocupante, uma vez que o aumento dos custos com pessoal não é acompanhado por indicadores claros que demonstrem uma melhoria dos serviços prestados.

Como não existem formas objetivas de medir esse impacto, a perceção baseia-se essencialmente nos relatos de utentes, familiares dos utentes e colaboradores. Além disso, tem-se verificado um aumento na desmotivação dos colaboradores e um número significativo de despedimentos voluntários, o que pode afetar a estabilidade e a continuidade do serviço. Para garantir que os recursos estão a ser bem aplicados, seria importante implementar mecanismos que permitam avaliar a qualidade do serviço e o bem-estar das equipas, como questionários regulares e um acompanhamento mais próximo da gestão de recursos humanos.

Restantes gastos e os de maior impacto referem-se ao consumo de eletricidade no valor de 32 471,70 € (Vs 2023 - 12.879,99d), justificado por novas máquinas da lavandaria a eletricidade e não a gás como as antigas com respetiva correspondência na redução do custo do Gás de 44 200,88 € (vs 63 928,90 €) , bem como os serviços de limpeza que até Agosto foram prestados por empresa externa com custo de 33.978,75€, que se consideram aceitáveis.



EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Rendimentos Variação positiva = 6,98% (134 726,04€)

Orçamentado = 1.929.430,35€ / Real = 2.064.156,39€

Gastos Variação negativa = 1,7% (32.716,03€)

Orçamentado = 1.926.880,60€ / Real = 1.959.596,63€

Em 2024 não será necessário Orçamento Retificativo, desvios < 15%.

PATRIMONIO E INVESTIMENTOS

- Venda Imóvel Celeiro — Prédio com Registo Predial de Alcobaça sob o nº 2616/19971017, inscrito na matriz predial urbana sob o artº 1.217

Valor venda = 150.000€

Mais Valia = 32.665,95€

- Venda viaturas

Citroen Picasso — 46-OE-66 — mais valia 2000,00€;

Peugeot Partner 95-DF-13 — mais valia 2.450,00€

- Investimentos AFT = 56 666,95 €

Alterações Depósito água da cobertura do Edifício	12.250,8€
TV LG Led 86" + Suporte parede	1 427,20€
Monitor Sinais Vitais 12.1 Yonker	395,83€
Triturador XM-52 230/50-60/1	461,60€
Central de Incendio Enderegavel de 4 Loops	1 999,19€
PEUGEOT - E PARTER -ETC-1008 - BL-57-LA	38 175,51€
Tablet Facetel Q6 Android 13	1 443,92€

Relativamente ao Património de salientar que a última avaliação solicitada pela CCAM em 10-2024 atribuiu um Valor de Mercado do Imóvel sede de 5 259 000,00€.

Com a concretização deste objetivo de conclusão da nova Ala da ERPI, entramos numa nova fase de consolidação da dívida e de resultados positivos, mantendo o olhar no futuro dos serviços de apoio ao envelhecimento. Apesar da elevada dívida da SCMA, acreditamos que há ainda muito a fazer num país onde o envelhecimento da população é uma realidade crescente. Todos os dias surgem novas necessidades na área da saúde e do bem-estar dos idosos, e a tecnologia terá um papel fundamental na criação de serviços mais inovadores e integrados.

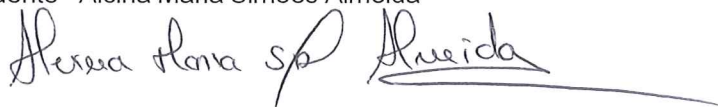
Apostar em novas parcerias e modelos de financiamento sustentáveis será essencial para garantir a continuidade e evolução da instituição. O futuro passa por uma abordagem mais holística ao cuidado, que inclua não apenas o apoio físico, mas também emocional, social e mental, e a SCMA estará preparada para enfrentar estes novos desafios.

Considerando que as demonstrações financeiras apresentadas pela Mesa Administrativa apresentam, de forma transparente e apropriada, todos os parâmetros materialmente relevantes, a posição financeira da Santa Casa da Misericórdia de Alfeizerão a 31 Dezembro 2024, o Conselho Fiscal emite parecer favorável e propõe a sua apreciação e votação na próxima Assembleia geral ordinária a realizar no próximo dia 29 de Março de 2025.

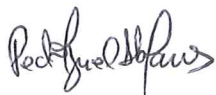
Por último, importa manifestar o nosso agradecimento pela colaboração prestada pelas funcionárias Lúcia Rodrigues e Joana Madeira, contabilista Certificada Dra. Susana Cardoso e Mesa Administrativa, quer na exibição dos documentos, na obtenção de esclarecimentos e na aceitação de sugestões.

Alfeizerão, 26 de Março de 2025

Presidente - Alcina Maria Simões Almeida



Vice-Presidente - Pedro Miguel Abreu Marcos



Vogal - Joaquim Rafael Matias

